

---

# EDUCAÇÃO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: CARTILHA PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA E INCLUSIVA

---

EDUCATION IN SEXUAL AND GENDER DIVERSITY: A BOOKLET FOR  
CRITICAL AND INCLUSIVE REFLECTION

EDUCACIÓN EN LA DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO: UNA  
CARTILLA PARA LA REFLEXIÓN CRÍTICA E INCLUSIVA

**Vanessa de Souza Silva**<sup>1</sup>

<https://lattes.cnpq.br/3819515239328739>  
<https://orcid.org/0000-0002-3106-116X>

**Rosângela de Lima Vieira**<sup>2</sup>

<http://lattes.cnpq.br/7990696806530440>  
<https://orcid.org/0000-0002-5309-6005>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar o material pedagógico, no formato de cartilha, desenvolvido no Programa de Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), para os professores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo da Diretoria de Ensino Sul 3 que teve como intenção contribuir para que os (as) docentes desta Diretoria fossem introduzidos (as) ao conceito de transgeneridade e pudessem aprofundar seus conhecimentos em relação às temáticas de identidade de gênero e orientação sexual. A metodologia utilizada consistiu na coleta de dados a partir da observação direta extensiva, e utilizando a aplicação de um questionário com um grupo de professores (as) que atuam em uma escola com forte presença de estudantes trans. Além disso, a cartilha foi construída coletivamente contando com a participação de um grupo focal composto por professores (as) de uma segunda unidade escolar com um expressivo número de estudantes transgênero.

**Palavras-Chave:** transgeneridade; cartilha; material pedagógico.

**ABSTRACT:** This article's goal is to develop a pedagogical material, in the form of a booklet, developed in the Professional Master's Degree Program in Sociology in the National Network (PROFSOCIO), for teachers within the São Paulo State Education Network, specifically targeting the South 3 Education Directorate, which aimed to assist teachers in this Directorate in familiarizing themselves with the concept of transgenderism and to enhance their understanding of the subject.

---

<sup>1</sup> Licenciatura em História, Universidade de Santo Amaro (2010), Mestrado em Sociologia – PROFSOCIO, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2024). E-mail: [vanessa.s.silva@unesp.br](mailto:vanessa.s.silva@unesp.br).

<sup>2</sup> Doutorado em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002), com bolsa FAPESP e pós-doutorado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) com bolsa REUNI. E-mail: [rosangela.vieira@unesp.br](mailto:rosangela.vieira@unesp.br).

The methodology used consists of data collection based on extensive direct observation, using a questionnaire with a group of teachers who work in a school with a strong presence of trans students. In addition, we will collectively build the booklet with the participation of a focus group made up of teachers from a second school with a significant number of transgender students.

**Keywords:** transgenderism; booklet; pedagogical material.

**RESUMEN:** El objetivo de este artículo es presentar el material pedagógico, en forma de cartilla, desarrollado en la Red Nacional Programa de Máster Profesional en Sociología (PROFSOCIO), para profesores de la Red de Educación del Estado de São Paulo de la Dirección de Educación Sur 3, con la intención de ayudar a los profesores de esta Dirección a introducirse en el concepto de transexualidad y a profundizar sus conocimientos sobre identidad de género y orientación sexual. La metodología utilizada consistió en la recogida de datos a partir de una amplia observación directa, utilizando un cuestionario con un grupo de profesores que trabajan en una escuela con fuerte presencia de alumnos transexuales. Además, la cartilla se construyó colectivamente con la participación de un grupo focal formado por profesores de una segunda escuela con un número significativo de alumnos transexuales.

**Palabras-Clave:** transexualidad; cartilla; material pedagógico.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa em *Sociologia da Educação*, no contexto da *Antropologia, Gênero e Sexualidade*, que abordou o trabalho sobre diversidade sexual e de gênero em uma Diretoria Estadual de Ensino na capital de São Paulo e concluiu que havia a necessidade de produzir materiais para o público docente sobre esta temática, sobretudo em relação à condição, direitos e estratégias de acolhimento da população escolar trans, ou seja, o material produzido ao final do trabalho tem como principal objetivo oferecer um recurso educacional para a formação da equipe docente nos temas relacionados à Diversidade Sexual e de Gênero, com ênfase no público escolar transgênero. Sendo assim, além de trazer o contexto e as justificativas para a produção de uma cartilha para os (as) professores (as) do ensino básico com esta abordagem, apresentaremos a estrutura, estratégias e conteúdos produzidos detalhando o seu desenvolvimento e objetivos.

A partir desta pesquisa foi possível observar que entre as equipes docente e gestora havia dificuldades em abordar a temática de gênero e, conseqüentemente, em lidar com os

(as) estudantes LGBTQIANP<sup>3</sup>, especialmente o público transgênero, transexual ou travesti de suas unidades escolares. Além do conhecimento insuficientemente conceitual e legal, os mesmos preconceitos que permeiam a sociedade em relação à população LGBTQ+, estavam presentes entre o público escolar, incluindo os (as) professores (as), gestores (as) e funcionários. No entanto, como profissionais da Educação acreditamos no conhecimento como uma forma eficaz para desconstruir preconceitos e construir uma sociedade que respeite e valorize a diversidade. Sendo assim, por partir desta premissa, observou-se a necessidade de uma cartilha que contribuísse com tais conhecimentos. A cartilha: *Diversidade Sexual e de Gênero: Transgeneridade – Cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva*<sup>4</sup> tem como objetivos contribuir para a construção de conhecimentos relacionados à diversidade sexual e de gênero, permitir aos (às) professores (as) desnaturalizarem os padrões sociais de gênero, isto inclui suas próprias experiências como homens e mulheres, e, sobretudo, compreenderem a importância de respeitarem os direitos dos (as) estudantes trans e contribuírem para a construção de uma cultura de acolhimento para este público a fim de garantir que concluam o ensino básico e tenham garantido o direito à educação.

A base teórica deste trabalho é a educação transgressora de bell hooks<sup>5</sup>. A autora, ao aprofundar-se na obra de Paulo Freire, propôs uma possibilidade de reflexão e construção de uma educação democrática e que valorizasse a diversidade, sobretudo em um contexto posterior ao fim da segregação racial em seu país e às demandas por uma educação multicultural. A partir desta perspectiva, bell hooks apontou a necessidade de lembrar que a educação não é neutra e, no contexto do fim da segregação racial nas escolas, tiveram que “[...]enfrentar e vencer a vontade avassaladora de muitos presentes de negar a política do racismo, do sexismo, do heterossexismo etc. [...]” (HOOKS, 2017, p. 53).

Além disso, hooks, compartilhando de suas experiências como professora universitária, propôs uma educação transgressora, não apenas ao enfatizar a construção de um

---

<sup>3</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais (quem passou por transição de gênero), queer (pessoas que transitam entre os gêneros), intersexo (pessoas com qualidades e características masculinas e femininas), assexuais (quem não sente atração sexual por quaisquer pessoas), pansexuais (quem se relaciona com quaisquer gêneros ou orientações sexuais), não binário (sem gênero).

<sup>4</sup> O material foi construído com o apoio de um grupo focal constituído por três docentes da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, e é o produto do Programa de Mestrado PROFSOCIO pela UNESP – Marília.

<sup>5</sup> A escolha pelo nome bell hooks foi uma homenagem à sua avó e, segundo Caruso (2021, p. 1), “o nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa”.

currículo multicultural, mas ao defender um modelo holístico no espaço educacional que consiste na integração entre as esferas mental, corpórea e espiritual dos indivíduos. Nesta perspectiva, a autora faz uma crítica a compartimentalização do sujeito que privilegia a esfera intelectual. Sendo assim, bell hooks defendia que os (as) docentes “[...] sejam os primeiros a correr o risco, ligando as narrativas confessionais às discussões acadêmicas para mostrar de que modo a experiência pode iluminar e ampliar nossa compreensão do material acadêmico.” (HOOKS, 2017, p. 36). Ou seja, é importante que os que estão no centro do processo de ensino e aprendizagem realizem essa reflexão, compreendam a sala de aula como um espaço composto pela diversidade e que este ambiente precisa refletir as diferentes subjetividades dos (as) estudantes, considerando inclusive a dos (as) docentes.

Sendo assim, ao partir desta ideia, seria essencial o (a) professor (a) considerar suas experiências como sujeito no mundo, tal como as de seus estudantes, para que não se separe a vida fora do espaço escolar com as vivências que ocorrem nele, ou seja, a “sala de aula como um espaço para troca de experiências de vida conectadas ao conteúdo para permitir pensar juntos (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2018, p. 96). Esta abordagem tem como objetivo contribuir para a inserção e permanência de estudantes LGBTQIANP+, especialmente dos (as) estudantes transexuais, transgênero, no ambiente escolar através de uma proposta com foco na formação do corpo docente sobre conceitos e, sobretudo, sobre a existência de pessoas que não possuem uma identidade de gênero em conformidade com a norma e que a ignorância e, conseqüentemente, o desrespeito a estas identidades é um fomento para a expulsão destes (as) estudantes da instituição escolar e, entre outras conseqüências, do pleno desenvolvimento de sua cidadania.

## **CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA CRÍTICA COM FOCO NA INCLUSÃO**

A pesquisa que teve como produto uma cartilha para o público docente, trouxe ênfase à necessidade de conhecer as diferentes identidades de gênero e orientação sexual, além de proporcionar aos (às) professores (as) a possibilidade de refletirem sobre suas próprias identidades e subjetividades como homens e mulheres dentro de uma sociedade calcada no padrão cisheteronormativo<sup>6</sup>. Para tanto, além do aporte teórico de bell hooks, que parte de

---

<sup>6</sup> Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (PRECIADO, 2018, p. 134), e esses

uma perspectiva de educação que transgrida uma abordagem que nega a diversidade, que considere as experiências de vida de docentes e estudantes e contribua para que efetivamente seja construída uma comunidade educacional democrática, atribuiu foco à perspectiva do papel do espaço escolar como importante na constituição da identidade dos (as) estudantes e a necessidade de refletir sobre a construção de uma nova perspectiva de escola onde a juventude tenha condição de constituir-se como sujeitos no processo educativo e da formação da sua subjetividade, sem ser forçada a se enquadrar em padrões enrijecidos e impostos pela estrutura social.

Desta forma, a escola surge como uma instituição fundamental para a construção da identidade e da subjetividade da juventude e confere a este espaço a responsabilidade de criar um ambiente marcado pela valorização e respeito à diversidade, ou seja, “[...] na qual os jovens têm a possibilidade de descobrirem-se diferentes dos outros e, principalmente, aprenderem a conviver respeitando essas diferenças [...]” (DAYRELL e CARRANO, 2014, p. 125), logo, é de extrema importância que os adultos inseridos no ambiente escolar construam situações e espaços para que os jovens convivam com a diversidade e compreendam que essas vivências enriquecem e contribuem para a construção da própria identidade. No entanto, é importante que os profissionais que atuam nestes locais entendam esta dinâmica e tenham condições de oportunizar uma educação, efetivamente, comprometida com a valorização e respeito pela diversidade, incluindo a de gênero e orientação sexual.

As reflexões em torno desta questão e os desafios ao trabalhar com as temáticas de diversidade sexual e de gênero em uma Diretoria de Ensino, especialmente na abordagem e garantia dos direitos do público transgênero nas unidades escolares, deram os subsídios necessários para a construção de uma cartilha que abordou a transgeneridade no ambiente escolar com foco na educação e sensibilização dos docentes para que possam contribuir para a construção de um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade e, com isso, seja um importante fator para a permanência dos estudantes transgênero na instituição escolar o que é de extrema importância para a construção da cidadania e da democracia.

A construção da cartilha foi realizada coletivamente. Inicialmente, utilizamos uma coleta de dados a partir da observação direta extensiva, utilizando a técnica de “[...] questionário – constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e

---

corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade. (ROSA, 2020, p. 68).

sem a presença do pesquisador [...]” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.222), com o objetivo de identificar dificuldades e conhecimentos dos docentes sobre este público e temática. Os (as) professores (as) que participaram desta etapa responderam às questões de forma anônima, a estratégia da não identificação dos (as) respondentes teve como objetivo a obtenção de informações que expressassem com maior clareza as angústias e pensamentos dos (as) docentes. É importante enfatizar que o grupo de professores (as) selecionados (as) nesta etapa da pesquisa foi composto por docentes que atuam em uma escola que possui o maior índice de estudantes trans com nome social regularizado na Diretoria de Ensino Região Sul 3.

Por fim, outro importante aspecto deste trabalho foi contar com a participação de um grupo de educadores (as) para o processo de construção do material proposto, utilizando a estratégia metodológica de Grupo Focal que “[...] consiste na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados, a partir da discussão com foco, em tópicos específicos e diretivos” (ASCHIDAMINI e SAUPE, 2004, p.10). Os participantes foram escolhidos, via questionário, a partir de uma consulta que teve como objetivo obter participação voluntária, sobretudo, de docentes da área de Ciência Humanas e Sociais Aplicadas. Destacamos que os (as) docentes que compuseram o grupo focal atuam em uma unidade escolar na qual há a presença de estudantes que se identificam como transgênero, porém não têm o seu nome social reconhecido, um dado relevante para compreensão sobre as dificuldades deste grupo e a relevância da proposta da cartilha.

## **TRANSGENERIDADE: CARTILHA PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA E INCLUSIVA**

Apresentaremos aspectos estruturais da cartilha<sup>7</sup> com o objetivo de compartilhar as etapas de desenvolvimento e a intencionalidade na inserção dos conteúdos destacados. Iniciaremos com o compartilhamento da capa do material:

---

<sup>7</sup> A cartilha na íntegra está inserida no repositório da UNESP. Seguem os links da pesquisa e da cartilha na versão com hiperlinks, para acesso integral do material apresentado neste artigo: <https://repositorio.unesp.br/items/4267f275-9edb-44ec-bff2-29d1dee7c4bd> ; [https://drive.google.com/file/d/1SJl0Yz1HCjFRKPP7Nu\\_XnTEin4-QPOwo/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1SJl0Yz1HCjFRKPP7Nu_XnTEin4-QPOwo/view?usp=drive_link)

**Imagem 1 – Capa da cartilha**

**Diversidade Sexual e de Gênero:  
Transgeneridade – Cartilha para uma  
reflexão crítica e inclusiva**

Desenvolvida pela Mestra em Ensino de Sociologia  
Vanessa de Souza Silva

**2024**

**Fonte:** Cartilha

Com o objetivo de fortalecer a intencionalidade da cartilha, a imagem escolhida tem a ver com a ideia de tratar sobre a identidade, neste caso específico, a de gênero. Desta forma, tanto o título do material quanto a ilustração indicam os objetivos principais deste trabalho, o de trazer conhecimentos e possibilidades de abordagens que contribuam para a construção de uma cultura escolar inclusiva e acolhedora, independente da identidade de gênero e/ou orientação sexual, com foco no papel dos (as) docentes neste processo.

Ao considerarmos que o público-alvo do material é composto por professores (as) da educação básica, concluímos que o formato de cartilha seria o mais adequado para o atendimento das necessidades de profissionais que buscam informações sistematizadas, porém que promovam reflexões as quais possibilitem sua realização na prática.

A seguir, veremos o sumário com os tópicos de cada tema inserido na cartilha:

## Imagem 2 – Sumário

### Sumário

- 5. Para começo de conversa ...
- 9. Por fim ...
- 11. Sexo e gênero (conceitos)
- 16. O que é diversidade sexual e de gênero?
- 23. Qual é o seu nome?
- 24. Vamos lá: O que é nome social?
- 28. E sobre os banheiros, como respeitar os meninos e meninas trans na utilização de espaços segregados por gênero?
- 36. Entre parênteses
- 38. Para conhecer ...
- 39. Considerações finais
- 40. Referências
- 42. Glossário



Fonte: Cartilha

Nestas informações iniciais, podemos observar que há uma sequência que busca subsidiar os (as) docentes com conteúdo conceitual sobre a diversidade sexual e de gênero e, posteriormente, aborda o assunto de uma forma mais específica, ou seja, tem como foco sensibilizar e contribuir com orientações sobre como acolher e contribuir para garantir os direitos da população transgênera, travesti e/ou transexual no espaço escolar.

No início da cartilha, apresentamos alguns relatos de estudantes LGBTQIA+ que foram publicadas pela *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional 2016*. Nestes trechos é possível identificar a percepção que os (as) estudantes desta comunidade têm em relação ao ambiente escolar:

### Imagem 3 – Depoimentos dos (as) estudantes LGBTQIA+

Para começo de conversa ...

Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 (QR Code da Pesquisa, abaixo):

A maioria dos/das estudantes LGBT relata a utilização desenfreada de comentários LGBTfóbicos na instituição educacional, e este comportamento contribui para um ambiente de aprendizagem que é hostil para essa população. Se as autoridades da instituição educacional intervêm pouco quando ouvem comentários preconceituosos na instituição educacional, isto pode transmitir para os/as estudantes a mensagem de que os comentários LGBTfóbicos são tolerados. Além disso, pode ser que os/as próprios/as professores/as e funcionários/as estejam servindo de modelos de comportamentos inadequados e legitimando a utilização de comentários LGBTfóbicos, uma vez que a maioria dos/das estudantes já ouviram professores/as / funcionários/as da instituição educacional fazendo comentários LGBTfóbicos em algum momento. (2016, p. 32)



#### Alguns relatos:

*Em minha opinião, os estudantes estão muito melhor preparados para lidar com LGBT do que professores/funcionários. Em 2015 sofri preconceito por parte da diretoria da escola, teve situações que eles constrangeram uma de minhas amigas por minha causa, dizia que eu não podia abraçar minha amiga pois eu influenciaria as outras pessoas a serem gay também (falaram como se fosse opcional ser lésbica, além de insinuar que não é uma coisa boa). A escola que contou à minha mãe sobre minha orientação sexual sem eu permitir, além de espalharem para os professores/estudantes sobre minha depressão e ansiedade. Por parte dos estudantes teve comentários sobre minha sexualidade, mas já não ouço muito sobre o assunto. Quando me assumi para*

6

Fonte: Cartilha

No trecho apresentado, podemos observar que o ambiente educacional é hostil para aqueles e aquelas que não performam o padrão cisheteronormativo e esta hostilidade, segundo o relato em destaque, pode ser atribuída à conduta dos adultos que lidam com estes (as) jovens, seja a gestão da escola ou o corpo docente, reforçando a importância de uma educação sobre identidade de gênero e orientação sexual para os (as) profissionais da Educação.

Além dos depoimentos da pesquisa, incluímos o relato de uma mulher trans contido no documentário *Depois da tempestade* e utilizamos a inserção de QR Codes e hiperlinks, nas versões para impressão e digital, estratégias que tiveram como principal objetivo ampliar o acesso a conteúdo que ampliassem a reflexão do (a) leitor (a) sobre os temas abordados na cartilha.

#### **Imagem 4 – Relato do documentário *Depois da tempestade***

*minha sala foram super a favor e sempre me apoiaram. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, estado de São Paulo). (2016, p. 34)*

*Sofri segregação de professores e estudantes da instituição, bem como fui motivo de chacota durante todo o ensino fundamental e médio por gostar de dançar, ser muito feminina e apanhei muito em casa por isso, além de meu padrasto ter me colocado para trabalhar em duas oficinas mecânicas ainda na adolescência “para ver se eu tomava jeito de homem”. (depoimento de uma estudante trans, 17 anos, estado da Bahia). (2016, p. 40)*

*Não sou respeitado como homem trans e muito menos meu nome social. (depoimento de estudante trans, 15 anos, estado de Pernambuco). (2016, p. 34)*

**Depoimento da Melissa, mulher trans, no documentário *Depois da Tempestade: LGBTfobia na escola* (QR Code do documentário, abaixo):**

*Eu era a única pessoa diferente da escola, então eu acabava sofrendo toda essa pressão, esse bullying. Eu era aquilo que não poderia ser que não deveríamos. A gente, muitas vezes, tinha que passar por muita coisa, muita humilhação pra poder permanecer nesse espaço. Desde a lista de chamada, que faz você se constranger com o seu nome de registro, até possíveis agressões então eu acho que é difícil a gente querer estar ali, né? A maioria da evasão escolar acontece porque esse processo educacional acontece no mesmo período em que a gente transita. Então a negação de direitos é o assassinato social, né? Não é um suicídio, a gente não se suicida socialmente, a gente é assassinada quando temas como a*



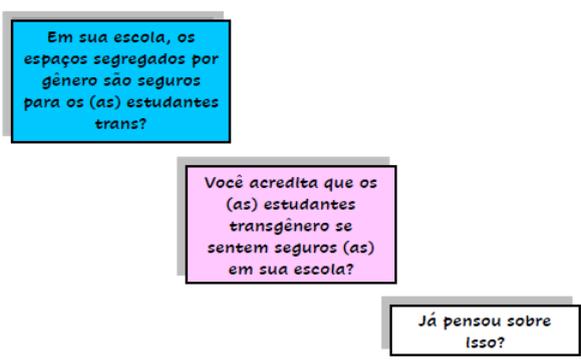
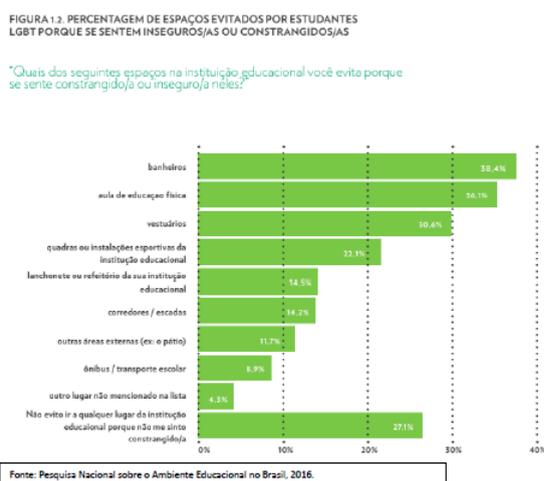
7

**Fonte:** Cartilha

O depoimento deste documentário fortalece o argumento sobre a necessidade de reflexão sobre como a escola se relaciona com a população transgênera e o papel dos sujeitos que permeiam os espaço escolar para o acolhimento ou exclusão destas pessoas, ou seja, situações como a compartilhada neste trecho da cartilha demonstram que as violências praticadas contra o público trans fomenta uma situação de negação de direitos e futura evasão escolar a qual pode ser interpretada como uma expulsão destes locais.

Na sequência, veremos alguns dados demonstrando a LGBTfobia na escola e questões que buscam fomentar reflexões entre o público leitor da cartilha:

### Imagem 5 – Dados estatísticos e questões para reflexão



9

Fonte: Cartilha

Neste gráfico, mais uma vez, resultado da *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016*, é possível identificar os espaços evitados por estudantes da comunidade LGBT+ no ambiente educacional. Estes dados permitem ao profissional da

Educação acessar informações que demonstram a importância em realizar uma reflexão em relação à sua unidade escolar e, através das questões propostas, atentar-se às violências às quais este público está sujeito e, principalmente, atuar de forma assertiva para combatê-las.

Em seguida, compartilharemos os relatos de alguns professores (as) que responderam ao questionário que foi trabalhado durante a pesquisa e nestas falas poderemos observar alguns desafios compartilhados pelo público docente em abordar a temática de gênero no ambiente escolar:

**Imagem 6** – Relato dos (as) docentes respondentes do questionário aplicado na pesquisa

**O que alguns professores (as) de uma escola estadual da Zona Sul de São Paulo compartilharam sobre as dificuldades e necessidades relacionadas à temática de gênero:**

*No ambiente escolar um dos grandes desafios do educador é compreender e apoiar o estudante na sua individualidade, sabendo que por muitas vezes os responsáveis não se colocam na posição de apoiadores dando o suporte necessário para o enfrentamento da discriminação tão preponderante na sociedade brasileira. Uma grande dificuldade é o enfrentamento e combate diário a transfobia.*

**Professora Lourdes\***

*Acredito que devemos desenvolver mais projetos, ações e conteúdos com o objetivo de desmistificar, esclarecer e dar amplo acolhimento, espaço e visibilidade pra esta comunidade que deve, cada vez mais, se sentir igualmente pertencente à sociedade.*

**Professor Paulo**

*Há uma pressão conservadora muito grande por parte da comunidade escolar e dos pais, muitas vezes fazendo com que este tema seja considerado como um assunto imoral ou até mesmo doutrinário. Isto faz com que os professores se sintam inseguros em relação ao tema, além da falta de incentivo por parte do governo na formação de docentes para trabalhar com o tema e a ausência de materiais que abordem o assunto.*

**Professora Luana**

\*Nomes fictícios

11

**Fonte:** Cartilha

As respostas apresentadas no material nos permitem observar as dificuldades e necessidades compartilhadas por docentes da Rede Estadual em relação à abordagem da

temática de gênero e orientação sexual no espaço escolar. Os (as) professores (as) indicaram que há resistência da comunidade escolar em aceitar um trabalho voltado ao tema, postura atribuída ao conservadorismo, e falta de formação que dê subsídio e segurança ao (à) professor (a) na realização de propostas relacionadas à diversidade de identidades de gênero e sexualidade.

Após a etapa de compartilhamento de informações relacionadas à violência vivenciada pela comunidade escolar LGBTQIA+ e da proposta de reflexão sobre as consequências negativas na trajetória destes (as) estudantes, iniciamos o desenvolvimento de um conteúdo conceitual sobre a temática de diversidade sexual e de gênero:

### Imagem 7 – Sexo, gênero e sexualidade (conceitos)

*Partindo destes relatos é possível compreender que há a necessidade de abordar a diversidade sexual e de gênero no espaço escolar e, se possível, estender esta discussão à comunidade com o objetivo de mitigar preconceitos e condutas de discriminação contra a população LGBTQIA+.*

**A partir disto, você sabe o que é gênero, sexo, identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero?**

#### **Sexo, Gênero e Sexualidade (Conceitos)**

**Sexo** é tudo aquilo que está relacionado às características físicas de um ser humano. O órgão sexual, o genoma, o formato do corpo, dos seios, enfim, tudo aquilo que é característica relacionada diretamente à materialidade. Assim, teríamos pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. (BORTOLINI, 2014)

O conceito de **gênero**, por outro lado, está ligado às produções culturais e sociais, construídas historicamente. [...] Para além de uma ideia de diferenças explicadas basicamente pela anatomia ou fisiologia "naturais" de homens e mulheres, esse conceito fala sobre as relações de poder que produzem masculinidades e feminilidades. (BORTOLINI, 2014)

**Sexualidade** é um aspecto central do ser humano ao longo da vida; ela engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem sempre todas elas são vividas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais. (OMS, 2020)

**Ou seja, a maioria das nossas performances sociais tem relação com o nosso corpo físico ou com as produções culturais e sociais?**

12

Fonte: Cartilha

Nestes quadros, além de trazer definições sintetizadas sobre os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, uma estratégia que permeará toda a cartilha é a proposição de questões que têm como objetivo proporcionar ao (à) docente a oportunidade de refletir sobre os

aspectos culturais, históricos e sociais na construção dos padrões de gênero presentes em nossa sociedade e com isto, desnaturalizar o olhar sobre os corpos, inclusive daqueles que performam o padrão hegemônico, ou seja, o cisgênero.

No quadro a seguir, após o compartilhamento dos conceitos relacionados a gênero, sexo e sexualidade, propusemos um exercício no qual os (as) leitores (as) refletissem sobre a construção dos papéis de gênero, com objetivo de desnaturalizá-los:

### Imagem 8 – Um exercício para reflexão

*Um exercício para reflexão:*

Refleta e registre as atitudes, funções, características e comportamentos associados a homens e mulheres em nossa sociedade.



Fonte: Freepik, 2024

**A partir do que foi registrado:**

Dos comportamentos, atividades, funções e características atribuídos ao masculino e ao feminino, quais podemos afirmar que são inatos, ou seja, existem por ser um dado biológico? E quais podemos entender que são culturais, ou seja, são construídos socialmente e atribuídos aos homens e às mulheres?

**PROFESSOR, você acredita ...**

que por sua condição de homem, não tem o direito de externalizar fraqueza, medos e sensibilidade?

que por ser homem, não pode ter vínculos de amizade com homens gays por que isto colocaria em dúvida sua heterossexualidade?

que por ser homem, é o único responsável por sustentar sua família?

13

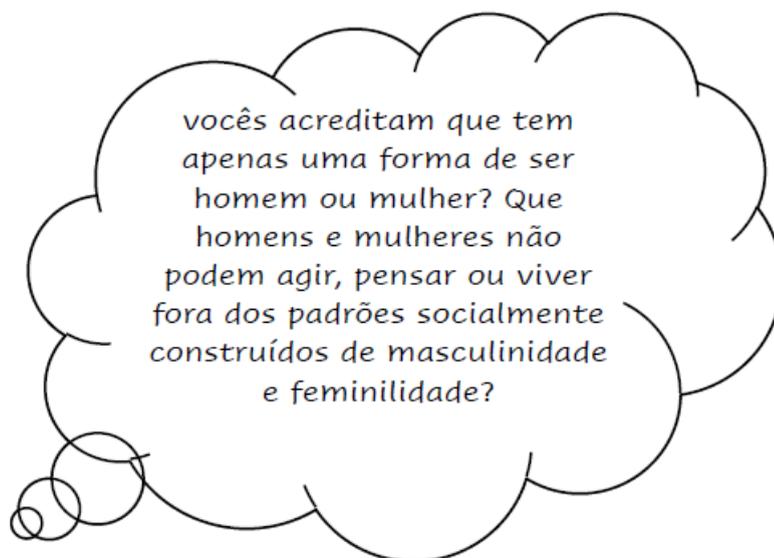
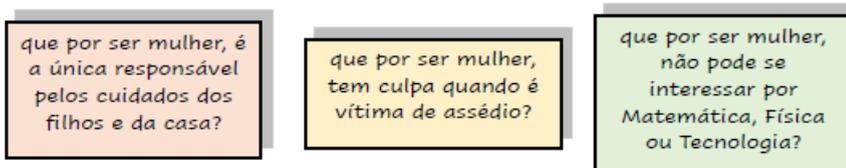
**Fonte:** Cartilha

O objetivo desta desnaturalização é permitir ao (à) docente perceber que a experiência de ser homem e mulher tem muito menos a ver com dados biológicos, mesmo pessoas cisgêneras podem sofrer sanções sociais por não expressarem o padrão socialmente imposto e, com isso, refletir sobre a condição da população trans.

Ainda dentro desta proposta, fortalecemos o questionamento com foco na reflexão sobre a possibilidade de existir diferentes formas de sermos homens e mulheres em nossa sociedade:

### Imagem 9 – Um exercício para reflexão (continuação)

**PROFESSORA, você acredita:**



**Se concluirmos que não tem uma forma de ser homem e mulher, poderíamos considerar a possibilidade de existir diferentes identidades de gênero e orientação sexual?**

14

**Fonte:** Cartilha

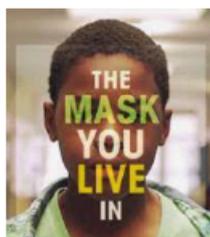
Nesta proposta, fortalecemos a possibilidade do (a) profissional da Educação refletir sobre sua condição de homens e mulheres cisgêneros, ou seja, que tivessem a possibilidade de analisar as diversas possibilidades de constituição do sujeito, independente das expectativas de gênero impostas socialmente e, com isto, considerar a existência de uma diversidade de

identidades de gênero e orientação sexual, fator importante para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

Além disso, como material complementar para auxiliar na ampliação de conhecimentos sobre a discussão proposta, indicamos dois documentários os quais são tratadas as temáticas sobre masculinidades e as consequências do machismo na construção da subjetividade de mulheres jovens:

### Imagem 10 – Documentários

**Para aprofundar os conhecimentos sobre a construção dos papéis de gênero e suas consequências:**



Fonte: site Adoro Cinema, 2024.

Neste documentário é discutido o papel da sociedade na imposição de um modelo de masculinidade e seus impactos na construção das subjetividades de homens e meninos. 1h 37min /Direção: Jennifer Siebel Newsom/Roteiro: Jennifer Siebel Newsom. Acesso em Netflix. 2015.



Fonte: site Revista Cláudia, 2016.

Nesta campanha, com foco no combate ao machismo, temos os depoimentos de mulheres jovens relatando suas experiências em uma sociedade machista. Agência Énois. 2015. Abaixo o QR Code do You Tube:



Como é possível observar, a cartilha oferece conteúdos diversos para construir uma abordagem didática e acessível ao público, estratégia que além de construir uma educação para a diversidade sexual e de gênero aos seus leitores, oferece a possibilidade de utilização deste conteúdo para fins formativos, isto inclui o público discente.

Posteriormente, inserimos o trecho de um artigo no qual problematiza, de forma acessível, os estereótipos de gênero e um quadro detalhando estas questões e com definições sobre as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero para, em seguida, trazer perguntas e respostas com foco na desconstrução do senso comum em relação à temática:

### **Imagem 11 – Entre o azul e o cor-de-rosa: normas de gênero**

**1. ENTRE O AZUL E O COR-DE-ROSA: NORMAS DE GÊNERO**

*Você já ouviu frases como “menino não chora” ou “toda mulher quer ser mãe”? Ou então “mulher não tira carteira de motorista, tira porte de arma”?*

*São populares as expressões e os pensamentos que partem do que se concebe como feminino e como masculino para explicar comportamentos ou torná-los piadas. É comum também, nas escolas, ouvirmos frases como “menina é vaidosa”, “menino é mais agitado” ou “menina amadurece mais cedo” para explicar diferenças entre meninos e meninas.*

*Entretanto, quando associamos um comportamento específico a um grupo de pessoas só porque são mulheres, homens, meninas ou meninos, estamos reproduzindo alguns estereótipos de gênero. Em outras palavras, estamos pensando que as diferenças biológicas entre pessoas do sexo feminino e do sexo masculino explicam e justificam diferenças de comportamento na sociedade.*

*Além disso, se achamos “natural” que mulheres dirijam mal ou que homens não chorem, partimos do pressuposto de que não há diferenças entre os indivíduos do próprio grupo. Se uma mulher for uma motorista exemplar, ela deixa de ser mulher? Se uma menina não gosta de usar batom, ela deixa de ser menina? E se um homem for sensível e emotivo, suas lágrimas o tornam menos homem?*

*As exceções nos mostram que não é da natureza nem das mulheres nem dos homens se comportarem todos da mesma maneira. Afinal, se fosse o cromossomo Y que definisse que homens não podem chorar, talvez pessoas do sexo masculino nascessem sem a capacidade de produzir lágrimas. Como os homens ouvem desde criança que “menino não chora”, será então que esse não é um comportamento rigorosamente ensinado por nossa sociedade, ao longo de anos? Da mesma forma, se muitas mulheres sonham em ter filhos ou adoram se maquiar, será que não é porque desde muito pequenas elas foram ensinadas que “menina é vaidosa” e que “toda mulher deve querer ser mãe”? Será que muito do que somos não é aquilo que a sociedade nos ensinou e espera de nós?*

*Quando generalizações como essas são repetidas em casa, na igreja, na televisão, na escola ou nas diversas situações do dia a dia, reafirmam-se normas de gênero. Toda vez que uma pessoa diz “isso é coisa de menina”, “mulher é assim” ou “homem não faz isso”, não está apenas justificando comportamentos a partir da diferença entre os sexos, mas também está ensinando como ela e toda a sociedade esperam que homens, mulheres, meninas e meninos se comportem e limitando suas possibilidades de existir no mundo. (LINS et al., 2016, p.9-10)*

16

Fonte: Cartilha

O trecho do artigo inserido na cartilha foi retirado da obra *Diferentes, não desiguais: A questão de gênero na escola* (LINS et al., 2016), neste texto as autoras discutem as normas de gênero e a relação que se estabelece entre os comportamentos sociais de homens e mulheres aos fatores biológicos, fator que pode fomentar a manutenção de hierarquias e restrições sociais entre homens e mulheres. A escolha deste conteúdo foi em decorrência de sua abordagem didática, porém assertiva em relação aos estereótipos de gêneros e os problemas relacionados à sua manutenção. No desenvolvimento da cartilha, construímos uma abordagem na qual o (a) leitor (a) tenha a oportunidade de, paulatinamente, desconstruir tais estereótipos e considerar a diversidade de expressões e identidades de homens e mulheres.

### Imagem 12 – O que é diversidade sexual e de gênero?

*Se partirmos do pressuposto de que os papéis de gênero são cultural, histórico e socialmente construídos, precisamos falar sobre cisgêneridade, transgêneridade, homossexualidade, heterossexualidade, etc.*

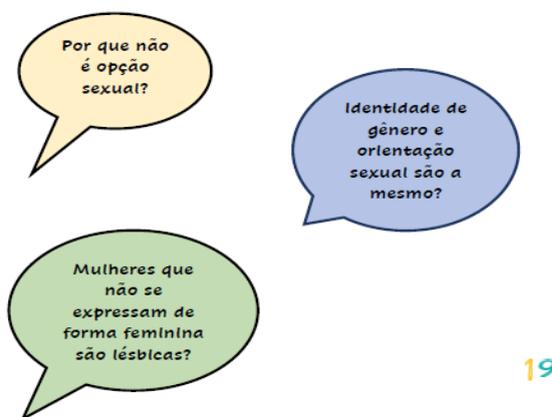
#### O que é diversidade sexual e de gênero?



Neste quadro, posterior às discussões relacionadas à construção dos papéis sociais de homens e mulheres, trouxemos a síntese de conceitos importantes ao partirmos do pressuposto de que os (as) leitores (as) da cartilha construíram conhecimentos necessários que dão subsídios para a compreensão das diferentes possibilidades de identidades e expressões de gênero e de orientação sexual. Em seguida, inserimos questões frequentes e que necessitam de maiores reflexões:

### Imagem 13 – Desconstruindo o senso comum

Algumas dúvidas frequentes:



É importante compreender que não escolhemos como sentimos e direcionamos nossos afetos e desejos sexuais, logo, não podemos falar de opção e sim, em orientação.

Identidade é como a pessoa se sente e como quer ser vista e orientação sexual tem a ver com desejo e afeto. Daremos um exemplo: uma mulher trans (nasceu com o sexo masculino, porém se sente e quer ser respeitada como mulher) vive um relacionamento com uma mulher, portanto, ela é uma mulher trans lésbica.

Fonte: Cartilha

Os preconceitos e discriminações vivenciados pelo público LGBTQIA+ estão atrelados, entre outros os aspectos, à manutenção de estereótipos disseminados pelo senso comum, ou seja, não é incomum relacionar a expressão de gênero com orientação sexual ou entender que a forma como direcionamos os nossos desejos e afetos seja resultado da escolha

realizada pelos indivíduos. Sendo assim, entendemos que seria essencial haver uma desconstrução destas percepções no conteúdo deste material.

Na sequência, com o objetivo de abordar as dificuldades e necessidades da população escolar trans, utilizamos a estratégia de estudo de caso em que uma personagem fictícia traz situações baseadas em episódios frequentes vivenciados pelo público transgênero na escola e esta estratégia permeará a cartilha ao tratarmos sobre o desrespeito ao nome social e à utilização dos espaços segregados por gênero, como os banheiros.

### **Imagem 14 – Experiência de jovens trans no ambiente escolar**

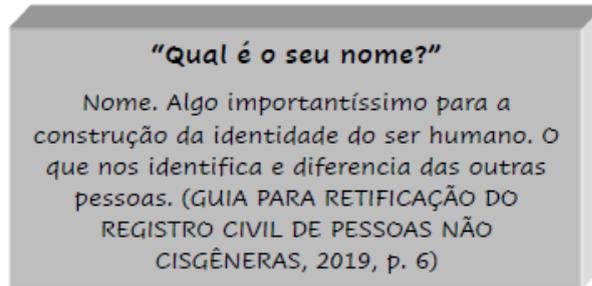
**Falando sobre identidade de gênero: ser transgênero, travesti ou transexual em uma sociedade que impõe o padrão binário e cisgênero ...**

Imagine que você nasceu em uma sociedade na qual havia uma única maneira de ser homem e mulher. A partir do seu corpo, há expectativas sociais sobre o seu comportamento, como sentir, falar, amar, desejar, etc., ou seja, se é visto como mulher espera-se que deseje a maternidade, o casamento, utilize maquiagem e seja frágil e se for homem, você precisa demonstrar coragem, pouca sensibilidade, poder, controle e etc. Porém, apesar de ter nascido com um órgão genital masculino, não consegue sentir-se homem, não deseja o que os homens desejam, não quer vestir-se como eles e a forma como se identifica e se sente é visto como "anormal", "bizarro", "pecado" e a não aceitação em relação à sua forma de ser te faz vítima de exclusão e violência. Sua família não aceita quem você é e, muitas vezes, age de forma violenta para tentar mudar o seu comportamento, na escola os colegas colocam apelidos ofensivos relacionados à sua aparência e forma de agir e seus professores chamam, insistentemente, por um nome o qual não se reconhece e te constrange diante dos seus amigos e a gestão da escola não permite utilizar os banheiros conforme sua identidade. Todo esse clima de desrespeito afeta sua autoestima e saúde mental, não tem mais vontade de ir à escola, de conviver com seus familiares e teme andar nas ruas por medo de sofrer outros tipos de violência, até uma fatal.

O texto acima é fictício, porém poderia ser a história de qualquer pessoa trans que vive em uma sociedade calcada no padrão cisgênero, como vimos anteriormente, onde o gênero imposto a partir do corpo físico está em conformidade com aquele com o qual a pessoa se identifica.

**Você já conviveu com estudantes que relataram uma história parecida? Ele ou ela encontrou acolhimento em sua escola?**

### Imagem 15 – Nome social



#### Imagine a seguinte situação:

Nádia, 15 anos, uma estudante transgênero, começou a 1ª série do Ensino Médio, porém ainda não possui o nome social retificado porque a família não aceita e respeita sua identidade de gênero, e desde o primeiro dia de aula é chamada por um nome que não reconhece como o seu. A situação é ainda mais complicada por que a estudante é nova na escola e até o momento da chamada, os colegas não sabiam que ela é uma pessoa trans e mesmo que tenha resistido durante algum tempo em responder, acabou sendo questionada por um professor sobre não se manifestar neste momento e um aluno sempre estar ausente nas aulas, e a turma acabou descobrindo que ela não é uma pessoa cisgênero. Depois deste fato, Nádia passou a conviver com olhares desconfiados e, às vezes, “brincadeiras” relacionadas à sua identidade de gênero, situações que geravam desconforto na estudante e falta de vontade de continuar frequentando a escola. Na tentativa de conter essa situação de constrangimento, Nádia resolveu conversar com a gestão da escola e com os (as) professores (as) para solicitar que ao menos verbalmente fosse abordada pelo nome pelo qual se identifica e se reconhece, no entanto ouviu das equipes gestora e docente que não poderiam atender ao seu pedido porque necessitavam da autorização dos responsáveis por ela e, para alguns, respeitar o nome social ia contra suas crenças. \*

**Você acha que essa tratativa foi a mais adequada para que a estudante Nádia fosse respeitada e acolhida na unidade escolar?**

*\* As narrativas inseridas nesta cartilha foram construídas a partir da escuta de diversas histórias acessadas em anos de trabalho de orientação para a garantia dos direitos dos (as) estudantes trans nas unidades escolares.*

24

Fonte: Cartilha

É importante ressaltar que a adoção da estratégia de utilização de estudos de caso tem relação com a abordagem proposta por bell hooks onde enfatizou a importância de considerar as experiências dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem na perspectiva de que podem contribuir na atribuição de sentido ao conhecimento trabalhado nos espaços educacionais. Além de proporcionar reflexões com as quais é possível acessar um pouco das

vivências de violência do cotidiano do público trans nas escolas e refletir como suas escolas atuam nestes cenários ou deveriam agir, nos impulsiona a considerar as experiências dos diferentes indivíduos que compõem o espaço escolar e, portanto, propor abordagens pedagógicas que dialoguem com a realidade de um grupo que experiência situações de apagamento e diversas formas de violências nas unidades escolares.

Além desta abordagem, inserimos na cartilha uma síntese na qual relacionamos as violências praticadas contra a população transgênera a uma suposta transgressão destes sujeitos a um dado da natureza que determina como homens e mulheres deveriam se comportar. Além disso, convidamos os (as) leitores (as) a importantes reflexões:

### Imagem 16 – Importância de refletir sobre a relação entre a violência contra a população e “naturalização” dos papéis de gênero

Segundo Butler (1990):

*Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. (BUTLER apud BENTO, 2008, p. 20)*

Ou seja,

Estas identidades divergem da ideia de que exista uma expressão da identidade de gênero dada pela natureza. Ex.: homem naturalmente viril ou mulheres dotadas de instinto ou amor materno.

É possível concluir que o preconceito, violências e exclusão contra o público trans, em vários espaços, seja no público ou privado, está relacionada à crença de que estas pessoas “desrespeitam” um dado da natureza que determina como homens e mulheres existem e se comportam socialmente.

Por que é importante refletir sobre isto, especialmente os (as) profissionais da Educação?

Refletir sobre a construção dos papéis de gênero e desnaturalizar os comportamentos de homens e mulheres poderia contribuir para a desconstrução dos preconceitos contra as pessoas trans?

As questões propostas convidam o (a) docente a refletir sobre o seu papel no processo de desnaturalização dos papéis socialmente construídos de gênero e como essa desconstrução tem o potencial de transformar a maneira como a população trans é vista e propiciar uma convivência livre de violências e preconceitos.

Outro aspecto importante deste material é a apresentação de legislações – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Resoluções em âmbito estadual e municipal – e documentos – Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Nota Técnica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – que contribuem com maior respaldo para a proposição de abordagens pedagógicas relacionadas à diversidade sexual e de gênero e, principalmente, na garantia dos direitos da população LGBTQIA+.

### **Imagem 17 – O que é nome social?**

**Vamos lá:** *O que é nome social?*

É o nome pelo qual travestis e transexuais, femininos ou masculinos, se reconhecem e preferem ser chamadas (os), enquanto o seu registro civil não é adequado, por via judicial, a sua identidade de gênero. O nome social é construído junto com a identidade e o corpo trans. (NOME SOCIAL NA ESCOLA, p.2)

O que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

“Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à **dignidade** como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na **inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral** da criança e do adolescente, abrangendo a **preservação da imagem, da identidade**, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. **É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente**, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

### Imagem 18 – Resolução SE 45 e competência 9 da BNCC

Retomando a **Resolução SE 45, de 18-8-2014**:

*“Artigo 3o - A escola deverá promover, entre os alunos, responsáveis e funcionários, a divulgação das normas constitucionais e legais que asseguram os direitos da pessoa à inserção e à convivência pacíficas no ambiente escolar, sem constrangimento de qualquer espécie e sem discriminação, respeitada sua identidade de gênero e orientação sexual.*

*Parágrafo único - Deverão ser promovidas, ainda, ações pedagógicas que visem a desconstruir e a superar preconceitos e a prevenir ações discriminatórias relacionadas às diferenças de gênero.”*



Além de informar sobre os direitos legais destes (as) estudantes, a Resolução traz a necessidade de desenvolver ações pedagógicas que contribuam para a superação dos preconceitos e discriminações relacionadas à diversidade sexual e de gênero, ou seja, é dever da escola abordar estas temáticas e fortalecer o respeito, dignidade e a igualdade no ambiente escolar.

Além da legislação, podemos trazer a nona competência geral da Educação Básica da BNCC (2017, p. 10):

**9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.**

33

Fonte: Cartilha

Com as legislações apresentadas na cartilha, há a intenção de reafirmar a condição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, ou seja, indivíduos menores de dezoito anos possuem direitos que precisam ser garantidos e respeitados pelas famílias, sociedade e, conseqüentemente, pela escola. A ênfase neste aspecto está relacionada, principalmente, pela resistência que muitos responsáveis por estudantes LGBTQ+ têm em reconhecer e respeitar a identidade de gênero e a orientação sexual dos (as) jovens quando estas não estão em conformidade com o padrão hegemônico. O não reconhecimento, por exemplo, da identidade

trans do (a) estudante pode contribuir para a construção de um ambiente marcado por violência e exclusão no espaço escolar. Conforme apresentado na pesquisa, é recorrente os (as) gestores (as) e docentes priorizarem a vontade dos responsáveis pelo estudante quando o assunto é o respeito ao nome social, ou seja, quem determina a identidade de gênero do (a) estudante é a família, mesmo aquelas que praticam diversas violências contra estes (as) jovens no espaço doméstico. Ao tratarmos do ECA, reiteramos o direito que as crianças e adolescentes têm em relação ao respeito à sua imagem e identidade e que cabe aos responsáveis garantir que não sejam vítimas de situações vexatórias e constrangedoras.

A fim de fortalecer os argumentos legais presentes na cartilha, compartilhamos um trecho da *Nota Técnica sobre o uso do nome social em escolas e universidades* emitida pela Comissão Especial de Diversidade Sexual da OAB:

### Imagem 19 – Nota Técnica OAB

Para reforçar a importância desta orientação, temos o seguinte documento (o Link abaixo traz a Nota Técnica na íntegra):



Clique aqui



#### Nota Técnica sobre o uso do nome social em escolas e universidades

"A aversão da sociedade à pluralidade de expressões de gênero e da sexualidade atinge muito mais as pessoas trans. Deste grupo, por terem maior visibilidade, as travestis são mais rechaçadas pela família. São expulsas de seus lares e lançadas literalmente à sarjeta. Também são alvo mais fácil do bullying escolar e mais difícil de serem absorvidas no mercado de trabalho. Não por acaso, acabam sendo sempre ligadas à prostituição. Além das travestis, no mesmo "guarda-chuva" de transidentidades estão as transexuais e intersexuais.

Neste cenário a adoção de políticas públicas educacionais pode melhorar o ambiente social para estudantes, contemplando em especial as pessoas trans. A fim de evitar que o ambiente educacional se torne mais um reduto de preconceito e fobia às identidades de gênero dessa população infanto-juvenil, uma das medidas para reduzir as altas taxas de êxodo escolar é a possibilidade de adoção do uso do nome social.

**Porém, para a adoção do nome social nos registros escolares, não há a necessidade de prévia autorização dos pais ou responsáveis, até porque, usualmente, eles são os que primeiro rechaçam essa condição do filho.**

Tal direito tem amplo respaldo no 227\* da Constituição Federal, bem como em vários dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que buscam dar efetividade aos princípios da proteção integral. (COMISSÃO ESPECIAL DE DIVERSIDADE SEXUAL, 2013, p. 1-2)

\* art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

28

Fonte: Cartilha

Neste documento há o fortalecimento da orientação em relação ao respeito ao nome social sem que haja a necessidade da anuência de familiares ao levar em consideração uma realidade facilmente identificável, o fato de que, muitas vezes, a primeira instituição a rechaçar a identidade de gênero das travestis, transexuais e/ou transgêneros é a família. Desta forma, o principal objetivo na reiteração desta orientação é o de garantir que a identidade de gênero dos (as) estudantes trans seja respeitada considerando o Artigo 227 da Constituição Federal e o já mencionado Estatuto da Criança e do Adolescente.

Partindo da perspectiva da garantia dos direitos da população trans nos espaços educacionais, inserimos ao conteúdo da cartilha uma situação que ilustra as dificuldades relacionadas à utilização de espaços segregados por gênero, neste caso específico, os banheiros:

### **Imagem 20** – Utilização dos banheiros pela população escolar trans

**E sobre os banheiros, como respeitar os meninos e meninas trans na utilização de espaços segregados por gênero?**

**Imagine a seguinte situação**

Nádia, estudante trans de 15 anos, vem encontrando dificuldades em utilizar os banheiros dos estudantes. Não se sente à vontade no banheiro masculino porque é uma menina em um banheiro de meninos, já ouviu piadas e “brincadeiras”. Ela pediu à equipe gestora para usar o das meninas, porém ouviu da coordenadora que as alunas ficariam constrangidas com sua presença e as famílias não aceitariam e fariam reclamações porque “um menino usaria o banheiro das meninas”. A única sugestão da direção da escola foi permitir que usasse o banheiro das pessoas com deficiência, mesmo que não fosse uma opção confortável para Nádia.

**Você acha que esta foi a melhor solução para a utilização do banheiro por uma estudante trans?**

**Desconstruindo o senso comum:**

Há a suposição de que as pessoas trans poderiam, eventualmente, praticar alguma forma de violência, neste espaço.

[...] as pessoas trans, estatisticamente, sofrem mais agressões e violências do que as pessoas em geral, inclusive quando são obrigadas (os) a utilizar um banheiro que não corresponde a sua identidade de gênero. (NOME SOCIAL NA ESCOLA, p. 4)

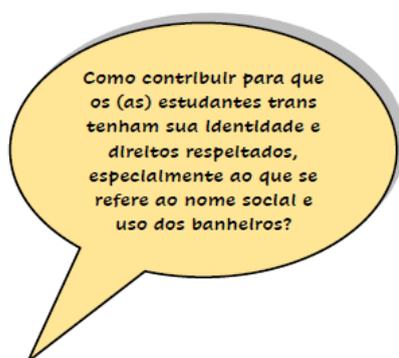
Neste trecho, apresentamos uma história fictícia, porém baseada em situações vivenciadas pela população trans no cotidiano escolar, e, seguindo a estratégia destacada anteriormente, propusemos um questionamento ao (à) leitor (a) para que refletisse sobre a ação adotada e, partindo dos conteúdos tratados na cartilha, se foi a atitude adequada para a garantia do direito ao uso de um espaço essencial para qualquer estudante. Além disso, inserimos um argumento que é frequentemente utilizado por aqueles que são contrários ao uso de espaços segregados por gênero pela comunidade trans e em seguida, trouxemos dados apresentados pelo *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020* que permitem refutá-lo:

### Imagem 21 – Gráfico de Violações de Direitos Humanos

Segundo o Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS brasileiras em 2020 (abaixo o Link da pesquisa, na íntegra):



No gráfico acima é possível observar que os banheiros fazem parte dos 5 espaços onde mais há violações de direitos da população trans, logo, é importante proporcionar esse direito, mas garantindo a segurança e o bem-estar deste (a) estudante.



30

Fonte: Cartilha

Os dados apresentados por este Dossiê demonstram que os banheiros são espaços onde pessoas trans estão suscetíveis a sofrerem violências, ou seja, estatisticamente há indícios de que estão mais propensas a sofrerem agressões nestes locais do que praticarem e, desta forma, fortalecem a necessidade de oportunizar a utilização de ambientes que estejam em conformidade com a identidade de gênero com a qual a pessoa se identifica e, conseqüentemente, protegê-la de situações danosas a sua integridade física, psicológica e emocional.

Outro aspecto essencial abordado na cartilha é a forma mais adequada ao se referir a homens e mulheres transgêneros (as), fortalecendo a importância em tratar cada sujeito de acordo com a identidade de gênero a qual se identifica:

### Imagem 22 – Artigos e pronomes



Para responder esta questão, precisamos refletir sobre a necessidade da realização de um acolhimento dos (as) estudantes trans no espaço escolar.

Começando pelo tratamento destes (as) estudantes:



Mulheres trans =  
"a", "ela", "dela",  
etc.  
Homens trans = "o",  
"ele", "dele", etc.

Ou seja,

Ao receber um (a) estudante trans é importante tratá-lo (a) por artigos e pronomes adequados à sua identidade de gênero. A garota trans é sempre **ela**, apresentou o seminário **dela**, etc., o garoto trans é sempre **ele**, apresentou o seminário **dele**, etc.

31

Fonte: Cartilha

A orientação apresentada tem como principal objetivo fortalecer as estratégias de acolhimento destes (as) estudantes no espaço escolar. Utilizar artigos e pronomes que estejam

em desacordo com a identidade de gênero da pessoa trans pode contribuir para a manutenção de um ambiente hostil e fomentar situações de constrangimento que contribuem para experiências negativas no ambiente educacional e, podemos inferir a partir das reflexões desenvolvidas na pesquisa, maiores chances de evasão escolar.

Por fim, após tratar de questões referentes ao uso dos banheiros, com ênfase na desconstrução do senso comum em torno desta situação, a cartilha traz sugestões sobre como dialogar com as famílias, especialmente com aquelas que não aceitam a identidade de gênero do (a) estudante trans, a fim de sensibilizá-las em relação à importância da inserção do nome social na documentação interna da escola:

### Imagem 23 – Diálogo com as famílias ou responsáveis pelos (as) estudantes trans

**No entanto ...**

É de extrema importância dialogar com o (a) estudante, investindo em uma escuta ativa, com o objetivo de entender a dinâmica familiar e ser um possível mediador desta relação. Falar sobre a identidade de gênero ou orientação sexual de uma criança ou adolescente para uma família que não aceita, pode gerar constrangimentos e até violências. Por esta razão, é imprescindível respeitar o tempo do (a) jovem e assim que houver ocasião propícia, indicar à equipe gestora a necessidade de um diálogo com os familiares.

**Como realizar este diálogo com o objetivo de conseguir dos responsáveis o requerimento para a inserção do nome social na documentação interna?**



Ao iniciar o diálogo é essencial ouvir a família e acolher suas angústias, no entanto é importante destacar que a intenção daquela conversa é fazer o que for melhor para o desempenho escolar e a saúde emocional e mental do (a) filho (a). É essencial demonstrar para a família que a falta de apoio gera sofrimentos ao (à) estudante e que o requerimento em relação ao nome social é um procedimento que não tem relação com retificação do registro civil\*, no entanto, é primordial para a permanência do (a) jovem trans na escola e maior proteção em relação ao bullying.

\* Ter os documentos constando o nome e marcador de gênero com os quais as pessoas se identificam. (GUIA PARA RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NÃO CISGÊNERAS, 2019, p. 7)

As sugestões apresentadas não são as únicas possíveis nestas situações, no entanto contribuem como norteadoras de um diálogo fundamental para que os (as) responsáveis por estudantes trans compreendam a importância do reconhecimento da identidade de gênero a qual aquele (a) jovem se identifica e o papel do nome social neste processo. É evidente que esta mediação não é fácil e se configura como um desafio às equipes escolares, porém é uma ação que precisa ser adotada a fim de proteger os (as) jovens trans de situações nocivas para sua convivência e permanência no ambiente escolar.

A parte final da cartilha traz o modelo de requerimento da SEDUC-SP para a inserção do nome social na documentação interna das unidades escolares e um Guia de retificação do registro civil de pessoas não cisgênera. Além disso, ao compreendermos a importância de se conhecer alguns conceitos e siglas, não desenvolvidas durante a construção do material, mas que são recorrentes ao tratarmos da temática de diversidade sexual e de gênero, inserimos o seguinte glossário:

### Imagem 14 – Glossário

#### Glossário

**Dimorfismo** – características que diferenciam os homens e as mulheres, podemos citar a presença de seios no sexo feminino e o pomo-de-adão nos homens.

**LGBTfobia** – termo que engloba a homofobia, lesbofobia, bifobia e a transfobia num único termo.

**LGBTQIA+** – sigla utilizada para se referir às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens transgênero, queer, intersexuais, agênero e outras identidades de gênero e orientação sexual.



Neste conteúdo final, inserimos conceitos importantes para compreensão de algumas discussões propostas pela cartilha e a sigla que representa a diversidade de identidades de gênero e orientação sexual.

Nesta apresentação, pudemos compartilhar diversos aspectos de um trabalho construído com o objetivo de subsidiar os (as) profissionais da Educação na promoção de um ambiente escolar que acolha e, principalmente, respeite a diversidade de seus estudantes. Ao focar no público trans, pudemos evidenciar a manutenção de uma realidade permeada pelo desrespeito aos direitos destas pessoas, porém oferecemos alguns caminhos possíveis pelos quais consigamos garanti-los e contribuir para que permaneçam e concluam sua trajetória escolar, parte essencial para a construção da cidadania.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O contexto da construção da cartilha, em relação à pesquisa em ‘Antropologia, Gênero e Sexualidade’, foi marcado por diversos desafios e dificuldades. Os principais que podemos destacar são a rotina intensa de trabalho dos (as) profissionais da Educação que dificulta a participação em um trabalho acadêmico e o receio em tratar das temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

A rotina dos profissionais da Rede Estadual de São Paulo está permeada por diversas demandas pedagógicas e burocráticas as quais dificultam sua participação, por exemplo, como respondentes de um questionário para pesquisa acadêmica ou na atuação em um grupo focal. Em relação ao questionário, podemos acrescentar o desconforto em externalizar visões, muitas delas marcadas por preconceitos calcados no padrão cisheteronormativo, em relação à temática. No entanto, no caso do grupo focal, os principais dificultadores para a construção e finalização do material foram a escassez de tempo para analisar os conteúdos propostos, em participar das reuniões mensais e, principalmente, pelos docentes participantes estarem envolvidos em tensões relacionadas às questões de diversidade sexual e de gênero em sua unidade escolar de atuação.

Sendo assim, sistematizar em um material, neste caso, uma cartilha, reflexões e propostas de ações calcadas numa necessidade concreta e vivenciada no cotidiano escolar não foi um trabalho simples. No entanto, no decorrer da pesquisa, das reflexões suscitadas por este trabalho e, principalmente, a redação do produto final, com apoio de profissionais da Rede,

conforme destacado anteriormente, envolvidos em conflitos relacionados às tensões decorrentes ao desrespeito às diferentes identidades de gênero e orientação sexual, revelou a extrema pertinência deste conteúdo e o potencial formativo que tem.

Durante a análise da última versão da cartilha, os (as) docentes que integraram o grupo focal tiveram a oportunidade de analisarem e refletirem sobre o potencial formativo da cartilha. Um deles destacou que o conteúdo poderia ser abordado em reuniões de trabalho coletivo entre os (as) docentes. De acordo com sua análise, a sequência proposta pela cartilha oportunizava a construção de conhecimentos relacionados à diversidade de identidades de gênero e orientação sexual com capacidade de proporcionar reflexões relevantes e necessárias as quais os (as) professores (as) tivessem condições de atuarem de forma assertiva no combate à LGBTfobia e fossem sujeitos ativos no processo de construção de um ambiente escolar acolhedor e calcado na valorização e respeito à diversidade de afetos e corpos.

Neste percurso, pudemos refletir sobre as violências vivenciadas pela comunidade LGBTQIANP+ no espaço escolar, especialmente o público trans, e o potencial que uma educação para a diversidade tem para transformar esta realidade. Ao propor uma abordagem de reflexão a partir da condição da pessoa cisgênera, a diversidade encontrada na constituição de homens e mulheres cis, pudemos criar condições para iniciar um diálogo que necessita que seja considerado que não há apenas uma forma de ser e estar em sociedade. A partir desta constatação propusemos aos (às) docentes um efetivo exercício de colocar-se no lugar daqueles (as) que estão completamente deslocados (as) dos padrões socialmente impostos e sujeitos a discriminações e exclusões.

Portanto, ao demonstrarmos a necessidade de levarmos uma educação sobre diversidade sexual e de gênero para o corpo docente, o trabalho apresentado pode contribuir com reflexões e orientações com as quais haja a possibilidade de se construir uma abordagem pedagógica voltada para o respeito à diversidade de sujeitos que permeiam o espaço escolar e garanta que todas, todos e *todes* tenham o seu direito à Educação garantido.

## REFERÊNCIAS

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo Focal – Estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba. v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700> . Acesso em: 10 mar. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em:<

<https://educacaointegral.org.br/materiais/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é Transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BORTOLINI, Alexandre et al. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero**: Currículo e Prática Pedagógica. Rio de Janeiro:UFRJ, 2014.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

COMISSÃO ESPECIAL DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CONSELHO FEDERAL DA OAB. **Nota técnica sobre uso do nome social em escolas e universidades**. Brasília, 27 de set. de 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota\\_tecnica\\_oab\\_uso\\_de\\_nome\\_social\\_nas\\_escolas.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota_tecnica_oab_uso_de_nome_social_nas_escolas.pdf) Acesso em: 03 de fev. 2024.

DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, C. L. **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: <[http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo\\_juventude-e-ensino-medio\\_2014.pdf](http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf)> Acesso em 13 ago. 2022.

DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2020 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2020. Disponível em:< <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf> >. Acesso em: 2 fev. 2024.

ÉNOIS INTELIGÊNCIA JOVEM. #meninapodetudo. YouTube, 21 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PMs2fPr0ICc>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GHERINI, Pamela M. M.; VALENTIM, Giovanna. **Guia de retificação do registro civil de pessoas não cisgêneras**. 1ª Ed. São Paulo, SP. 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/[https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/guia\\_retificacao\\_genero.pdf](https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/guia_retificacao_genero.pdf). Acesso em: 10 fev. 2024.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: A questão de gênero na escola**. 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOMURA, Bruno. Depois da Tempestade: **A LGBTfobia na Escola**. YouTube, 27 de fevereiro de 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=g\\_RAbnK61N8](https://www.youtube.com/watch?v=g_RAbnK61N8). Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Fábio A. G.; RODRIGUES, Liliana. Por uma educação TRANSgressora e TRANSfeminista: possíveis enfrentamentos à produção das ausências através da disciplinarização e subjetivação. **Aprender** – Caderno de Filosofia e psicologia da Educação, n 20, p.83-102, 2002. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4553/3590> > Acesso em: 18 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde Sexual, Direitos Humanos e a Lei**. Tradução realizada por projeto interinstitucional entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná, coordenadores do projeto: Daniel Canavese de Oliveira e Maurício Polidoro - Porto Alegre: UFRGS, 2020.. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/175556/9786586232363-por.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SÃO PAULO. Resolução SE nº 45, de 18-08-2014. **Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis**, no âmbito da Secretaria da Educação. São Paulo: Secretaria da Educação, [2014]. Disponível em: <[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/45\\_14.HTM?Time=27/08/2022%2017:06:14](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/45_14.HTM?Time=27/08/2022%2017:06:14)> Acesso em: 13 ago. 2022.

THE mask you live in. Direção de Jennifer Siebel Newson. Estados Unidos da América: Netflix, 2015. Streaming.